



1                                   **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**  
2                                   **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 04.09.2015**

3   Aos quatro dias do mês de setembro de 2015, às 9h, no auditório localizado no piso térreo, à  
4   rua Angélica 100, Jardim das Flores, em Osasco/SP, realizou-se Reunião Ordinária da  
5   Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP. A sessão foi presidida pelo Vice-  
6   diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa e estiveram presentes: o Diretor  
7   Administrativo, Sr. Tarcísio Martins Mendonça; os coordenadores de curso de graduação:  
8   Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, de Ciências Econômicas, Profa. Dra. Nena Geruza  
9   Ceí, de Ciências Contábeis, Profa. Dra. Fabia Fernandes Carvalho Veçoso, de Relações  
10   Internacionais e Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza, do Eixo Multidisciplinar e, ainda, a  
11   coordenadora da Extensão, Profa. Dra. Cintia Rejane Möller Araújo. Também compareceram  
12   os representantes docentes, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto e Profa. Dra. Nildes Pitombo  
13   Leite; e a representante do NAE, Profa. Dra. Ismara Izepe de Souza; os Srs. Caio Ihara,  
14   Edmur Machado e Ricardo Vieira Bertoldo, representando os servidores técnico-  
15   administrativos, bem como o representante discente Diego Lourenço. O presidente abriu os  
16   trabalhos às 10h15min cumprimentando os presentes e conferindo a representação dos  
17   presentes para evitar dúvidas em momentos de votação, conforme ficara combinado na  
18   reunião anterior. Ele justificou a ausência da Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana  
19   Massaro Onusic, por motivos pessoais e também dos seguintes membros: Profa. Dra. Claudia  
20   Alessandra Tessari, Prof. Dr. Douglas Mendosa, Profa. Dra. Luciana Rosa Souza, Prof. Dr.  
21   Luis Hernan Contreras Pinochet, Prof. Dr. Paulo Costacurta de Sá Porto, Prof. Ricardo Luiz  
22   Pereira Bueno, por questões particulares. E, ainda, a Profa. Dra. Gabriela de Brèlaz, não pôde  
23   comparecer por estar em sala de aula, o Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira, por motivos  
24   de saúde em família e o Prof. Dr. Fábio Luiz Barbosa, pelo nascimento da filha. Então, o  
25   vice-diretor iniciou os **INFORMES DA DIRETORIA ACADÊMICA: ▪ PDI 2016-2020**  
26   - Solicitou que os membros repassassem aos seus pares a necessidade de prestigiarem a  
27   reunião devolutiva agendada para o dia 08/setembro, às 14 horas e para a qual todos haviam  
28   sido convidados. Nesse momento, a Profa. Nildes lembrou que nos dias 10 e 11 seguintes  
29   também seriam realizadas oficinas para o desenvolvimento do documento e, nas quais, a  
30   presença de toda a comunidade também era esperada, uma vez que, aquelas seriam as últimas  
31   oportunidades de retomada de temas antes que a versão final fosse encerrada no mês de  
32   dezembro. Retomando a palavra, o professor compartilhou a boa notícia: ▪ **SESC -**  
33   **Renovação das Matrículas de Interesse Social** - Ele detalhou as características do pacote,  
34   frisando que os benefícios eram restritos ao estado de São Paulo, e comunicou que a ficha de  
35   inscrição estaria disponível na sala 305 da Diretoria Acadêmica, com a secretária executiva  
36   Maristela Bencici Feldman que, ainda naquela data, encaminharia comunicado via correio  
37   eletrônico a todos os servidores ativos do campus Osasco divulgando critérios e períodos



38 abertos para as inscrições. Finalizou reportando o **Ato em Defesa da Universidade**  
39 **Pública** realizado no sábado anterior, no terreno das futuras instalações do campus leste . Ele  
40 informou que o evento fora organizado pelo Padre Ticão, líder do Movimento Social da Zona  
41 Leste e pela Reitoria. Comunicou que, na ocasião, fora referendada a distribuição de recursos  
42 para todos os campi da UNIFESP e não somente para o campus Zona Leste. Relatou que  
43 deputados, senadores e outras lideranças políticas estiveram presentes e fizeram promessas  
44 de emendas parlamentares que contemplariam a UNIFESP. Ele citou os nomes de alguns  
45 políticos, dentre eles, os Deputados Federais Paulo Teixeira e Carlos Alberto Zarattini, e o  
46 Vereador Municipal de São Paulo, Sr. Gilberto Natalini e também reportou que o motorista,  
47 Sr. Nelson, muito atento aos discursos, foi anotando os nomes e as promessas feitas durante o  
48 ato, contabilizando mais de 10 milhões prometidos à UNIFESP. Encerrou dizendo que o ato  
49 reuniu um grande número de pessoas na avenida Jacú-Pêssego, nas imediações do Parque do  
50 Carmo, ponto de referência naquela área da cidade. Com a palavra, o Sr. Tarcísio tratou dos  
51 **INFORMES DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA:** **Orçamento** - Enquanto a  
52 planilha orçamentária era projetada, o Diretor Administrativo detalhou que os recursos  
53 recebidos desde o início de 2015 tinham sido suficientes para saldar as contas até o mês de  
54 julho. Ele especificou os valores de R\$ 1.798.000,00 recebidos até aquele momento pelo  
55 campus em recursos de custeio e informou também que o custeio mensal, após os cortes de  
56 gastos, estava por volta de R\$ 208.000,00. Em relação aos recursos de capital, informou que,  
57 até então, R\$ 1.327.000,00 tinham sido recebidos para complementação do empenho  
58 referente ao projeto Quitaúna. Relatou que R\$ 111.000,00 foram recebidos para a reforma  
59 das fissuras (rachaduras) no 3º andar e, também, que recentemente haviam sido aprovados  
60 pela da Reitoria mais R\$ 100.000,00 destinados às outras despesas do campus, sendo que  
61 parte desse recurso seria utilizado para a obra de fechamento da área do Restaurante  
62 Universitário e o restante para a compra de projetores, ventiladores e outros itens necessários  
63 naquele momento. O Sr. Tarcísio finalizou prometendo encaminhar a planilha apresentada a  
64 todos os membros. O Prof. Fábio Alexandre pediu licença para pedir um esclarecimento que  
65 não fazia parte daquele informe. Ele perguntou em que estado se encontrava o processo do  
66 projeto/licitação da obra do novo prédio/campus, ao que o Diretor Administrativo respondeu  
67 com o seguinte informe: **Abertura dos envelopes referentes ao projeto executivo do**  
68 **campus Quitaúna** - O Sr. Tarcísio confirmou que foram abertos os envelopes que indicaram  
69 várias empresas pré-qualificadas que seriam analisadas por suas credenciais técnicas para,  
70 então, ser escolhida aquela que ficaria responsável pelo projeto. Não havendo informes por  
71 parte dos servidores TAEs, o Prof. Júlio iniciou a **ORDEM DO DIA** convidando o Sr.  
72 Tarcísio para falar sobre **(1) Termo de Cessão das casas do terreno Quitaúna (Vila**  
73 **Militar) para o Exército** - Enquanto fotos e imagens da planta do local eram projetadas, o  
74 Diretor Administrativo explicou que dentro da área pertencente à UNIFESP em Quitaúna  
75 existiam sete casas ocupadas por oficiais do exército e que o Termo de Cessão, assinado em  
76 2010 e válido por cinco anos, venceria em 16/setembro e que por não haver cláusula de



77 prorrogação, a UNIFESP teria que assinar um novo Termo com o Exército. Informou que a  
78 vila militar já existia em 2008, quando o terreno fora adquirido e que o documento existente  
79 previa a contrapartida por parte dos militares de fazer a segurança da área. Esclareceu que o  
80 termo a vencer era muito condescendente e, portanto, necessitava de ajustes no sentido de  
81 responsabilizar o exército pela segurança e permitir cobrança de manutenção que, até então  
82 se configurava como forma de colaboração e não de obrigação por parte daquela instituição.  
83 A minuta do novo termo de cessão também foi projetada e o diretor detalhou as principais  
84 alterações que resultavam em um acordo melhor elaborado, mais específico nos direitos e  
85 deveres das partes. O Sr. Tarcísio comentou que, em reunião realizada no campus na terça-  
86 feira anterior, os militares se mostraram interessados em continuar ocupando aquelas  
87 residências tendo como contrapartida a segurança e manutenção do local, no entanto,  
88 reconheciam que a decisão final caberia ao comando militar superior, o Quartel General do  
89 Ibirapuera. Esclareceu que, não havendo acordo na renovação, uma das alternativas possíveis  
90 seria alugar aqueles imóveis. Frisou, porém, que, considerando as circunstâncias do  
91 momento, a sua posição era que a renovação do Termo de Cessão, com os devidos ajustes já  
92 constantes da minuta que era apreciada pelos membros, seria a melhor opção para a  
93 UNIFESP. Ele apresentou uma planilha com os valores de aluguel projetados, mas, não  
94 garantidos. Acrescentou que, sem a ocupação e presença dos militares, havia o risco de  
95 invasão do terreno. Também informou que o prazo de vigência do termo de cessão poderia  
96 ser alterado de cinco para dois anos, por exemplo, com renovação automática. Ainda,  
97 comentou que, aparentemente, os militares estariam interessados na compra de tais casas e  
98 que já haviam tido um contato inicial com a Reitoria nesse sentido. Com a palavra, o  
99 presidente concordou com o Sr. Tarcísio e elencou a renovação do termo de cessão como a  
100 opção mais interessante, especialmente considerando os novos termos e cláusulas agora  
101 previstos. Esclareceu que, apesar de não poderem cumprir um papel que é exclusivamente da  
102 polícia, quanto maior a presença do exército no local, maior seria a vigilância e incidentes  
103 como roubo de gradis tenderiam a ser minimizados. As inscrições foram abertas e vários  
104 membros se mostraram favoráveis à renovação e solicitaram esclarecimentos sobre o acesso  
105 daqueles moradores, que é externo; a responsabilidade sobre eventuais roubos de material de  
106 construção quando o canteiro de obras viesse a se instalar para execução do projeto, que seria  
107 da construtora vencedora da licitação; e, sobre a destinação do dinheiro arrecadado em caso  
108 de venda dos imóveis, que, aparentemente, seria a UNIFESP e não o campus Osasco em  
109 particular. Com a palavra, o Prof. Murilo, corroborou os esclarecimentos do Sr. Tarcísio  
110 opinando que o aluguel, apesar de parecer atrativo do ponto de vista financeiro, seria uma  
111 fonte de renda incerta. Por outro lado, concluiu, com os ajustes feitos no documento e as  
112 contrapartidas inseridas, prevendo maior participação e responsabilidades, somados ao  
113 interesse demonstrado pelo exército, apontavam como uma boa ação preventiva de  
114 segurança. O Sr. Tarcísio reforçou que havia ficado muito claro durante a reunião da terça-  
115 feira que o exército teria de cumprir a parte que lhes cabia e seriam cobrados por isso,



116 justificando que a maior preocupação da UNIFESP era a possibilidade de invasão do terreno.  
117 A Profa. Nena solicitou a palavra para perguntar se a possibilidade de utilização dos imóveis  
118 como moradia estudantil havia sido considerada, ao que o diretor administrativo disse não ter  
119 conhecimento. A arquiteta Haluane ponderou que os imóveis eram apenas sete e pequenos  
120 para acomodar grupos de alunos, além de carecerem de muita reforma até que pudesse  
121 atender à essa finalidade que, ela também, nunca vira cogitada. Outros membros  
122 concordaram que a ideia de moradia estudantil não seria desprezível, não fossem os custos  
123 monetários e relacionados ao tempo e trabalho, que poderiam se mostrar desperdiçados, uma  
124 vez que moradias estudantis estão contempladas no projeto executivo de Quitaúna. A  
125 arquiteta também forneceu detalhes sobre os trâmites do projeto executivo e indicou o prazo  
126 aproximado de seis meses para início das obras. Dessa forma, houve consenso de que a  
127 renovação do Termo de Cessão se apresentava como a melhor opção naquele momento e o  
128 presidente consultou os membros perguntando quem era favorável e **a renovação do Termo**  
129 **de Cessão ao Exército foi aprovada por unanimidade.** O Prof. Julio, então, prosseguiu  
130 consultando os membros sobre os termos descritos na minuta e o prazo de vigência foi  
131 discutido. A proposta apresentada pela Profa. Nildes sugeria dois anos e foi apoiada pelo  
132 Prof. Fábio que julgou o período adequado, nem muito enxuto, tampouco longo-prazo. O  
133 Prof. Murilo opinou que a vigência a ser apresentada na minuta serviria como demonstração  
134 da disposição da UNIFESP, pois, o prazo de cinco anos conferiria total confiança à outra  
135 parte, ao passo que a redução para dois anos alertava para o fato de que a instituição estaria  
136 atenta ao cumprimento das obrigações estipuladas. A Profa. Nena, no entanto, se mostrou  
137 favorável ao período de cinco anos que, no seu entendimento, era um prazo razoável para se  
138 negociar com imobiliárias, considerando a lentidão dos trâmites burocráticos. O presidente  
139 colocou as duas propostas em votação e a vigência de cinco anos recebeu um único voto,  
140 contra treze votos recebidos pela **vigência de dois anos que, assim, foi aprovada.** O Sr.  
141 Tarcísio reiterou que a versão do documento que acabara de ser aprovada continha cláusula  
142 de renovação automática, mesmo assim, no momento da nova prorrogação, a Congregação  
143 poderia ser consultada. Então, tratou-se do ponto seguinte: **(2) Propostas em relação ao**  
144 **espaço físico** - O Sr. Tarcísio projetou duas propostas elaboradas pelo setor de infraestrutura  
145 para atender as demandas apresentadas pela Congregação para contemplar os centros e  
146 diretórios acadêmicos/colegiados estudantis, bem como espaço para reuniões dos  
147 professores, sala para acomodação da equipe terceirizada contratada pela UAB e local para  
148 instalação da impressora de uso coletivo. Os slides continham as possibilidades de plantas  
149 para as salas 307, 310 e 317 e as diferentes distribuições do espaço foram discutidas pelos  
150 conselheiros. A Profa. Nena falou de insalubridade devido à incidência de sol e circulação de  
151 ar insuficiente, ao que o Sr. Tarcísio informou sobre a disponibilização de 30 novos  
152 ventiladores. Foram debatidas as questões sobre real necessidade de utilização desses espaços  
153 pelas partes solicitantes e o Prof. Murilo ponderou que as variáveis eram muitas e, portanto,  
154 seria muito difícil ter certeza a esse respeito. Após as considerações dos presentes, o



155 presidente colocou em votação, sendo chamada Proposta 1 aquela apresentada nos slides 1 e  
156 2 e Proposta 2 a referente aos slides 3 e 4, todos anexos a este documento. Com duas  
157 abstenções e apenas um voto para a proposta 1, **foi aprovada a Proposta 2 (slides 3 e 4) que**  
158 **recebeu 11 votos.** A proposta 2 previa espaço para os Centros Acadêmicos na primeira  
159 divisão da sala 307, na sala 310 ficariam os funcionários dos cursos UAB, no Box A da Sala  
160 317 ficaria a Empresa Junior. Já o Box B da sala 317 seria dos Grupos de Estudo/Pesquisa e  
161 os Box C e D da sala 317 seriam mantidos como sala de reuniões, com o acréscimo de 1  
162 mesa e 4 lugares no Box D. Assim, passou-se para o ponto **(3) Proposta de fechamento da**  
163 **área do Restaurante Universitário** - O diretor administrativo lembrou que em janeiro de  
164 2014 a Congregação havia aprovado o fechamento do restaurante universitário como forma  
165 de minimizar o desconforto dos usuários que se encontravam sujeitos ao vento e,  
166 eventualmente, à chuva. Relatou que a ProPlan tinha sugerido o uso de policarbonato e  
167 projetou fotos do local, bem como o projeto de fechamento do local que mostrava porta de  
168 correr, janelas basculantes na parte superior e janelas de abertura de uma folha na parte  
169 intermediária. A Profa. Claudia Moraes estranhou que a fila para o usuário se servir da  
170 refeição continuasse em ambiente aberto, sujeito às intempéries que se queria evitar. Ele  
171 explicou que, por questões de segurança e para não obstruir rotas de fuga, não fora possível  
172 concretizar o que tinha sido pensado no início de 2014, promovendo o fechamento total da  
173 área, ao colocar portas nas partes externas. Por essa razão, a ProPlan teria sugerido o projeto  
174 ora apresentado. O Prof. Murilo questionou haver apenas uma porta no projeto, ao que o Sr.  
175 Tarcísio esclareceu que uma única porta possibilitava a colocação de maior número de  
176 mesas. O diretor administrativo enfatizou que os recursos no montante de R\$ 35.000,00 já  
177 estavam aprovados e a ideia era poder aproveitá-los, pois o prazo para empenho era até  
178 10/novembro/2015, caso contrário, o recurso seria perdido. Salientou, porém, que entendia  
179 que somente isso não seria motivo suficiente para aprovação de um projeto que não atendesse  
180 às necessidades do campus. Lembrou, também, que havia outra possibilidade sendo estudada,  
181 a de transferir o restaurante para a área onde atualmente fica a copa, entretanto, essa  
182 proposta seria passível de outro encaminhamento, desde o seu início. O Prof. Fábio entendeu  
183 que a solução não resolvia o problema e poderia gerar retrabalho no futuro. O Prof. Murilo  
184 expressou preocupação com o fechamento da área que, quando não necessário para proteção  
185 contra o vento, pudesse causar desconforto térmico, além da instalação de uma única porta. O  
186 discente Diego concordou que o vão livre da porta de 1,20m era pequeno para o fluxo  
187 conhecido e a Prof. Claudia Moraes assinalou que os tempos eram de contenção de gastos  
188 com água e energia elétrica e criar situações em que mais ventiladores precisassem ser  
189 utilizados poderia ser complicado. A equipe da infraestrutura procurou esclarecer todas as  
190 questões levantadas, confirmando que toda a área do restaurante já era coberta e o  
191 fechamento com policarbonato era recomendado para isolamento do vento, também a  
192 respeito da disposição do mobiliário e dúvidas sobre a circulação de pessoas. O Sr. João  
193 Subires falou sobre as características da proposta da ProPlan, bem como alertou para a



194 necessidade de estar de acordo com as regras da prefeitura, responsável por fiscalizar o  
195 imóvel e Sra. Haluane explicou que o vão livre para circulação já era de apenas 1,20m, o  
196 mesmo reservado para a porta no projeto apresentado e confirmou a possibilidade de acatar  
197 algumas das sugestões aventadas, redimensionando o projeto para incluir mais uma porta. No  
198 entanto, não considerava um ganho ou melhoria do layout, frisou a arquiteta. O Sr. Tarcísio  
199 corroborou dizendo que o layout fora elaborado considerando a necessidade de aumento do  
200 número de lugares. Retomando a palavra, o Prof. Julio orientou os conselheiros sobre a  
201 necessidade de se votar aquela proposta em questão e, em caso de rejeição, os recursos  
202 destinados a ela seriam desperdiçados. Por outro lado, explicou que, se aprovada, era  
203 possível de se colocar em discussão somente pequenas alterações no projeto. Colocada em  
204 votação, **a proposta** que era projetada aos conselheiros e cuja cópia vai anexa a este  
205 documento, **foi aprovada com dez votos favoráveis, um voto contrário e três abstenções.**  
206 O Prof. Julio, então, reabriu as inscrições para que fossem debatidas as pequenas alterações.  
207 A Sra. Haluane confirmou que poderia trabalhar rapidamente nas alterações solicitadas,  
208 porém, advertiu que se tais mudanças implicassem em grandes alterações de orçamento, isto  
209 sim poderia prejudicar os prazos e os recursos já disponibilizados. O presidente consultou os  
210 membros e com dez votos favoráveis, um voto contrário e três abstenções, **foi aprovada a**  
211 **proposta de ampliação máxima do vão da porta, sem comprometimento do projeto**  
212 **originalmente apresentado.** Assim, tratou-se do ponto final: **(4) Proposta de**  
213 **organização do Departamento de Ciências Econômicas** - Com a palavra, o  
214 coordenador do curso de graduação explicou as principais características da proposta,  
215 indicando as metas e indicares constantes no documento, que era projetado para todos os  
216 presentes. O representante dos servidores TAEs, Sr. Ricardo Bertoldo, apresentou as dúvidas  
217 de seus pares relacionadas aos recursos humanos descritos na proposta. Ele apontou a parte  
218 do texto que dizia que a secretaria do referido departamento contava de imediato com três  
219 secretários executivos e questionou quem seriam esses profissionais, pois, o grupo  
220 reconhecia apenas dois colegas que cumpriam tal função. Com a palavra, o Prof. Julio  
221 explicou que a proposta inicial do campus Osasco era a criação de seis departamentos que  
222 seriam atendidos por três secretários de curso e a Pró-Reitoria de Administração era a  
223 instância responsável por avaliar os projetos individuais de criação de departamentos (um por  
224 curso de graduação + o Eixo Multidisciplinar, todos baseados na proposta original do  
225 campus) que, em seguida, deveriam ser aprovados pelo CONSU. Esclareceu que, uma vez  
226 aprovadas as propostas nos moldes iniciais, caberia ao campus concretizá-las, dentro das suas  
227 possibilidades. Lembrou que tal procedimento era resultado do processo de consulta pública.  
228 O Sr. Ricardo, então, recomendou que o texto fosse revisto, pois, apenas dois servidores  
229 atendiam a secretaria dos cursos naquele momento. Ele também apontou que a secretaria de  
230 extensão, de eventos e de comunicação eram citadas como um único órgão, porém, eram  
231 separados, sendo ele próprio responsável apenas pelo setor de comunicação. E, ainda,  
232 perguntou sobre os recursos financeiros necessários para a criação do departamento, sobre a



233 atribuição de FGs e como seriam indicados os chefes de departamentos e suas respectivas  
234 secretarias. Às 12h, a Profa. Heloísa Hollnagel adentrou o recinto e se juntou ao grupo no  
235 momento em que o Prof. Murilo solicitou a palavra para fornecer um breve histórico do  
236 processo de departamentalização. Esclareceu que o enunciado das propostas fora elaborado  
237 por uma comissão eleita com a finalidade de redigir um primeiro documento que permitisse  
238 ao campus Osasco arcar com a criação de seus departamentos. Disse que a comissão havia  
239 considerado o conjunto de secretários executivos que pertenciam ao quadro do campus no  
240 momento da primeira redação, sem elencar nomes. Assim, justificou que o texto era o mesmo  
241 nos cinco projetos apresentados, sem novidades ou alterações, e que o documento do Eixo  
242 Multidisciplinar seria o último e sofreria os ajustes necessários, depois de avaliadas as  
243 propostas dos cursos de graduação. O Prof. Fábio defendeu que o curso de Ciências  
244 Econômicas havia seguido o padrão e entendia que o documento seguiria o seu curso,  
245 passando pela avaliação da ProADM e pelo CONSU e, no seu entendimento, não enxergava  
246 qualquer problema em editar o texto de acordo com o número exato de secretários que fora  
247 citado ali, tampouco de padronizar os documentos de acordo. No entanto, sugeriu que a  
248 demanda por mais servidores deveria ser do campus Osasco. O Sr. Tarcísio aproveitou para  
249 acrescentar que para acomodar as seis chefias de departamento que estavam previstas desde o  
250 início, também haveria uma demanda extra de espaço físico e de recursos financeiros. O Sr.  
251 Ricardo questionou a quem os secretários estariam subordinados, uma vez que atenderiam  
252 um conglomerado de cursos. Também quis saber se os servidores TAEs tinham participado  
253 da elaboração da proposta de organização dos departamentos ou se haviam sido consultados.  
254 Ele declarou que seus pares entendiam que, inicialmente, a conta certa seria um secretário  
255 por departamento e, posteriormente, este deveria poder contar com um assistente. O  
256 coordenador confirmou que o documento fora redigido nos moldes do texto redigido pela  
257 comissão e não sabia dizer se houve participação de servidores TAEs ou não durante o  
258 processo de elaboração. O Prof. Julio lembrou que havia um ano que a proposta vencedora  
259 de organização dos departamentos por curso havia logrado vitória e que o campus deveria  
260 encaminhar a criação dos seis departamentos iniciais, a menos que fosse vetada pelo CA ou  
261 CONSU. Uma vez aprovada, caberia às diretorias solucionar as questões que fossem  
262 surgindo durante o processo de organização dos departamentos. Ele lembrou que não seriam  
263 atribuídas FGs, conforme fora debatido durante as audiências públicas que trataram do tema  
264 no ano anterior. Também esclareceu que as chefias e alocações de servidores seriam  
265 discutidas na etapa seguinte, após aprovação dos conselhos superiores. A Profa. Nena  
266 corroborou a fala dos colegas relatando que participara da comissão de elaboração do texto e  
267 que na ocasião mencionaram da melhor forma possível para atender aos critérios de  
268 formação dos departamentos. Ela lamentou que os coordenadores fossem cobrados pelas  
269 responsabilidades da coordenação e também das de chefes de departamento, concluindo que  
270 muito tempo era perdido com questões administrativas. E a Profa. Claudia Moraes, por sua  
271 vez, convocou os colegas a pensarem em conjunto a melhor maneira de encaminhar a



272 questão, pois ela estava se dedicando à elaboração do texto referente ao departamento do  
273 Eixo Comum e gostaria de fazê-lo da maneira mais apropriada. O Sr. Ricardo tranquilizou os  
274 conselheiros dizendo que o objetivo dos TAEs não era barrar qualquer proposta, mas,  
275 adequar todo e qualquer documento à realidade do campus. O Prof. Murilo pediu permissão  
276 para esclarecer para a coordenadora do Eixo Multidisciplinar que o documento a ser  
277 elaborado deveria atender o estatuto que solicitava que o pleiteante deveria reunir condições  
278 para criar os departamentos, conforme a Resolução 76 do CONSU. Ele explicou que a  
279 demanda por reforço ou complementação de qualquer recurso, humano ou orçamentário,  
280 carecia de negociação. Sublinhou que o documento não era de demanda e não poderia ser  
281 contraditório, não sendo lógico elaborar um documento com informações que contrariavam  
282 os requisitos de suas próprias aspirações, ou seja, não poderia ser declarado não haver  
283 condições para fazer aquilo que está sendo proposto a ser feito, traduziu o professor. O  
284 presidente endossou a fala do colega e ratificou que as seis propostas de criação de  
285 departamentos deveriam ser consolidadas, encaminhadas à ProADM para seguirem o trâmite  
286 necessário e, uma vez aprovadas, seriam buscadas as soluções necessárias para cada questão  
287 suscitada. Insistiu que as questões levantadas eram de cunho local e não seriam resolvidas  
288 pelo conteúdo grafado e que a não aprovação de qualquer proposta atrapalharia o andamento  
289 dos trabalhos. O Prof. Fábio apoiou a fala dos colegas, mas, também, concordou que os  
290 apontamentos dos TAEs deveriam levar à reflexão da realidade do campus e suas demandas  
291 mais atuais. Encerrou dizendo que a aprovação em questão era a respeito do que o futuro  
292 departamento de Ciências Econômicas se propunha a fazer, ou seja, os indicadores e as metas  
293 é que deveriam ser analisados. Então, o Prof. Julio perguntou se todos se sentiam  
294 esclarecidos e prontos para votar e tendo o consentimento de todos perguntou se os membros  
295 eram favoráveis à proposta apresentada e, **por unanimidade, a proposta de criação do**  
296 **Departamento de Ciências Econômicas foi aprovada, considerando as seguintes**  
297 **alterações: correção na menção aos secretários executivos fazendo constar: "...**  
298 **contarão com equipe de secretários executivos ..."; "...** biblioteca com acervo de 10.000  
299 **livros ..."** e **"... contarão com o apoio de secretarias de extensão, eventos e comunicação**  
300 **..."**. Encerrados os itens da pauta e não havendo mais nada a ser tratado, o presidente  
301 declarou encerrados os trabalhos às 12h26min e eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei esta  
302 ata.

303 Osasco, 04 de setembro de 2015.

304  
305  

---

Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Campus Osasco



ATA/CONG/04/09/2015/ORD.

306

307

---

Sr. Tarcísio Martins Mendonça

308

309

---

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

310

311

---

Profa. Dra. Fabia Fernandes C. Veçoso

312

313

---

Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza

314

315

---

Profa. Dra. Cinthia Rejane Möller de Araújo

316

317

---

Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite

318

319

---

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

320

321

---

Maristela Bencici Feldman